



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA PARA AS JUVENTUDES: sentidos e significados

Priscylla Karoline de Menezes
priscylla.menezes@ufpe.br

Doutora em Geografia e Professora do curso
de Geografia da Universidade Federal do
Pernambuco (UFPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6659-2799>

RESUMO

Esse artigo é parte da reflexão realizada para/na mesa redonda intitulada Educação Geográfica para juventudes: sentidos e significados, realizada no terceiro dia do XVI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Com o objetivo de refletir sobre a temática da juventude, destacando o olhar para a educação geográfica fomos convidados a organizar uma fala; sendo assim, me detive a falar e especialmente sobre o jovem do campo na contemporaneidade e a educação geográfica. Reflexão que objetivo apresentar neste texto. A partir de uma discussão teórica, demonstramos que a juventude é uma temática que veio se consolidando como urgente nas últimas décadas, nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente por suas múltiplas faces. Nesse sentido, uma educação geográfica poderosa é compreender os jovens do campo como parte de seus sujeitos, entender o histórico de suas abordagens e pensar como a escola pode auxiliá-lo refletir sobre os sujeitos e seus espaços de vivência, para uma efetiva construção do conhecimento geográfico.

PALAVRAS-CHAVE

Educação geográfica; Ensino de Geografia; Jovem do campo.

GEOGRAPHIC EDUCATION FOR YOUTH: meanings and significance

ABSTRACT

This article is part of the reflection carried out for/at the round table entitled Geographic Education for youth: senses and meanings, held on the third day of the XVI National Meeting of Geography Teaching Practice. With the aim of reflecting on the theme of youth, highlighting the perspective on geographic education, we were invited to organize a speech; Therefore, I stopped to talk and especially about contemporary rural youth and geographic education. Reflection that aims to present in this text. From a theoretical discussion, we demonstrate that youth is a topic that has been consolidating itself as urgent in recent decades, in the Human and Social Sciences, especially due to its multiple faces. In this sense, a powerful geographic education is to understand rural young people as part of their subjects, understand the history of their approaches and think about how the school can help them reflect on the subjects and their living spaces, for an effective construction of geographic knowledge.

KEYWORDS

Geographic education; Teaching Geography; Young man from the countryside.

EDUCACIÓN GEOGRÁFICA PARA JÓVENES: sentidos y significados

RESUMEN

Este artículo forma parte de la reflexión realizada para/en la mesa redonda Educación Geográfica para jóvenes: sentidos y significados, realizada en el tercer día del XVI Encuentro Nacional de Práctica Docente de Geografía. Con el objetivo de reflexionar sobre el tema de la juventud, resaltando la perspectiva de la educación geográfica, fuimos invitados a organizar una charla; Por eso, me detuve a hablar y especialmente de la juventud rural contemporánea y de la educación geográfica. Reflexión que pretende presentar en este texto. A partir de una discusión teórica, demostramos que la juventud es un tema que se ha ido consolidando como urgente en las últimas décadas, en las Ciencias Humanas y Sociales, especialmente por sus múltiples caras. En este sentido, una educación geográfica poderosa pasa por comprender a los jóvenes rurales como parte de sus sujetos, comprender la historia de sus enfoques y pensar cómo la escuela puede ayudarlos a reflexionar sobre los sujetos y sus espacios de vida, para una construcción efectiva del conocimiento geográfico.

PALABRAS CLAVE

Educación geográfica; Enseñanza de Geografía; Joven del campo.

Introdução

O Ensino de Geografia tem buscado desenvolver, por meio de dispositivos didáticos, formas que permitam o estudante entender o espaço estudado em suas múltiplas dimensões, sejam elas social, econômica, política e/ ou territorial. Nesse sentido, muito se tem discutido sobre a importância do Ensino de Geografia contribuir para a construção de um olhar mais atento para as transformações socioespaciais e para a necessidade de formar indivíduos capazes de atuar de maneira crítica e reflexiva na sociedade.

Segundo Cavalcanti (2019), é necessário pensar uma formação para além da sala de aula, que considere as constantes transformações na Ciência e nas formas de olhar para a Educação Básica. Haja vista que a Geografia, em seu processo histórico, tem destacada importância quanto ao seu olhar integrado e sistêmico das relações sociedade-natureza. Ao considerar o cotidiano do estudante, para compreender os fenômenos que o cerca, é possível atribuir sentido àquilo que é discutido em sala de aula e considerar os distintos cotidianos vivenciados pelos jovens, inclusive o daqueles que vivem em zona rural.

Sabemos que a escola é um espaço de interação entre culturas, saberes científicos e experiências cotidianas. Ao trabalhar os conceitos geográficos de maneira integrada e utilizando uma linguagem que reflita as diferentes realidades dos estudantes, é possível conectar conteúdo e cotidiano. Portanto, como Callai (2011), entendemos que a educação geográfica deve ampliar o aprendizado dos estudantes, tornando-o relevante e significativo para sua realidade. Para a autora,

[...] a Geografia escolar se constitui como um componente do currículo na educação básica, e seu ensino se caracteriza pela possibilidade de que os estudantes reconheçam a sua identidade e o seu pertencimento a um mundo em que a homogeneidade apresentada pelos processos de globalização trata de tornar tudo igual. É, portanto, um componente curricular que procura construir as ferramentas teóricas para entender o mundo e para as pessoas se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais. (Callai, 2011, p. 15)

Diante disso, reconhecer o contexto em que se ensina Geografia é de fundamental importância para dialogar com os interesses e pensar os jovens na contemporaneidade – com suas experiências e imaginários. O professor ao considerar os diferentes lugares vivenciados pelas juventudes, consegue dialogar com os interesses e possibilidades de reflexão propostos pela Geografia; e contribuir para a valorização de sua identidade, seja no campo ou na cidade.

O jovem ao ter a possibilidade de intercâmbio de informações, com o confronto da dimensão do seu espaço vivido com a dimensão da Geografia científica, pode reelaborar e compreender melhor aquilo que vive, refletir os territórios compartilhados e compreender suas realidades, com seus sentidos e significados. Para Cavalcanti (2008), é isso que torna o ensino de Geografia mais significativo e o estudante mais interessado pelas atividades escolares. Ainda sobre esse assunto, a autora ressaltou que:

A tarefa da escola é justamente propiciar elementos, por meio do ensino de diferentes conteúdos, especialmente os de geografia, para que os alunos possam fazer um elo entre o que acontece no lugar em que vivem, na sua vida, no seu cotidiano, e o que acontece em outros lugares do mundo, trabalhando assim com superposições de escalas de análise, local e global. (Cavalcanti, 2008, p. 143)

Como a ideia de campo e cidade, incorporada no indivíduo, se manifesta a partir dos atos e das práticas sociais, entendemos que são inúmeras as manifestações que envolvem a juventude na atualidade. O jovem contemporâneo se locomove com maior facilidade e desenvolve seus conceitos e suas espacialidades. Portanto, é objetivo deste texto refletir sobre o jovem do campo e suas experiências juvenis, a partir do olhar de professora que busca por uma educação geográfica poderosa, com seus sentidos e significados – como proposto pelo Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia - ENPEG.

Juventudes, jovens do Campo e condições juvenis, como tema de pesquisa

É grande o número de estudos sobre a juventude a partir do século XX, em boa parte decorrente da maior presença de jovens em movimentos sociais e consequentes formulações políticas geradoras de emprego, renda, educação e lazer. De acordo com Turra Neto (2004), no Brasil, o debate sobre juventude intensificou a partir da década de 1980 e diversificou a partir da década de 1990. Contudo, temas ligados à juventude rural, juventude do campo, juventude do meio rural, pouco apareciam em estudos que não fossem da Educação ou da Sociologia. Especialmente, porque era na cidade onde havia a intensa fragmentação da sociedade em grupos.

Em meados dos anos 2000, pesquisadores brasileiros passaram a voltar seus olhares para as especificidades da juventude do Campo. Com temas que giravam em torno da participação nas dinâmicas migratórias e da persistente invisibilidade social do jovem do campo, começaram a desenvolver suas pesquisas de maneira semelhante às

análises dos jovens da Cidade. Um problema, haja vista que, apesar de viverem uma fase com similitudes, era uma opção que acabava desconsiderando a dimensão histórica e estrutural da sociedade camponesa. Desse modo, por muito tempo a imagem do jovem do Campo se restringiu a imagem do filho de agricultores familiares, que vivia um período específico da vida – se preparava para suceder os pais nas atividades com a terra (Weisheimer, 2005).

Com a crise dos processos sucessórios no Campo, os jovens passaram a ser vistos como protagonistas dos dilemas entre o rural e o urbano. Ao transitar entre esses dois espaços, eles experimentavam as transformações socioespaciais decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico, sendo diretamente influenciados por elas. Dessa forma, investigar como os jovens que viviam em áreas rurais e se deslocavam para a cidade e construía suas representações do mundo ao seu redor tornou-se uma questão para pesquisadores da Geografia.

Ao estudar a juventude e suas práticas espaciais, o geógrafo consegue contribuir significativamente para a compreensão das dinâmicas sociais. Ao adotar uma abordagem espacial, ele pode revelar como o indivíduo se relaciona com o espaço e vivencia sua condição juvenil enquanto sujeito social. Essa análise permite interpretar a maneira como os jovens interagem com os diversos lugares e territórios que experienciam, ressaltando a diversidade e as múltiplas formas de pertencimento e interação com o espaço.

Com experiências sociais construídas a partir da relação com diferentes espaços sociais e culturais, o jovem do Campo contemporâneo passou a ter a oportunidade de repensar suas identidades e relações sociais. Nesse contexto, questionamentos sobre esses jovens e sua dinâmica social tomaram força nas pesquisas acadêmicas. Especialmente porque o entendimento do passado e das tradições familiares, que inspiram as práticas de sociabilidade do presente e as expectativas para o futuro, permitiu o surgimento de um ator social que ao mesmo tempo deseja a ruptura e a continuidade do mundo rural.

De acordo com Castro et al. (2009, p. 39),

[...] essa aparente 'contradição' impulsiona o desafio de analisar em que medida a juventude rural hoje gera questões para o debate amplo de transformação da realidade de desigualdade social e econômica que marca o campo brasileiro. E, ainda, como essa juventude se organiza e se expressa como ator político.

Segundo as autoras mencionadas, a juventude rural contemporânea, embora muitas vezes rejeite a atividade agrícola e o modo de vida de seus pais, se organiza em

movimentos sociais para reivindicar melhores condições de trabalho no campo e para denunciar a invisibilidade imposta a ela pelos agentes sociais e políticos, contribuindo assim para a formação de sua identidade. Dessa forma, o jovem do campo e sua produção social não podem ser reduzidos a atividades exclusivamente agrícolas. É necessário adotar uma abordagem teórica que leve em consideração o conjunto de relações sociais que esses jovens vivenciam na sociedade.

Ao analisar a condição juvenil, torna-se evidente que ser jovem — seja no campo ou na cidade — está intimamente relacionado à construção social, cultural e histórica do sujeito, o que implica a impossibilidade de interpretá-lo de maneira homogênea. Ao reconhecer as diferenças entre os jovens, é possível perceber as distinções nas posições que ocupam nos diversos espaços sociais. Essa diversidade nos leva a afirmar que existem, de fato, juventudes, no plural, pois os jovens vivem realidades sociais distintas e, a partir dessas experiências, constroem identidades tanto individuais quanto coletivas.

Ao pensarmos o jovem do campo que, consoante Lei Federal nº 12.852/2013, passou a ter garantido em lei o direito à participação social e política, à educação de qualidade, à profissionalização, à comunicação, ao território e à mobilidade, somos instigados a refletir sobre como podemos visualizá-lo em seu contexto espacial, e a nos questionar quanto à sua forma de vivenciar o campo e exercer sua condição juvenil frente às constantes alterações socioespaciais vivenciadas.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação da população mundial, publicado em 2019, os jovens representam 37% da população mundial. No Brasil, os dados do Censo 2020 apontaram que há mais de 36 milhões de jovens no país¹, desses, 22% são jovens moradores de áreas rurais. São jovens que vivem o seu dia a dia no campo e que, muitas vezes, carregam uma juventude marcada por problemas em sua formação profissional, discriminação de gênero, social, etária e espacial. Além de uma forte subordinação ao que entendemos por vida adulta, o que muitas vezes contribui para a rejeição da continuação da vida no campo tal como estão inseridos.

Considerado muito urbano pelos pais e roceiro por parte dos colegas da cidade, com quem estuda e/ou trabalha, o jovem do campo segundo Castro et al. (2009), enfrenta fortes embates sociais em sua formação, e na construção de sua identidade. No caso das jovens, os conflitos são intensificados, como destacado pelos autores,

¹ O valor apresentado é referente ao número de jovens com idades entre 15-24 anos, e não o valor absoluto apresentado pelo Censo 2020, que corresponde à população jovem entre 15-29 anos.

Se pudermos afirmar que ser jovem no espaço rural do Brasil carrega o peso de uma posição hierárquica subalterna, ser jovem e mulher e/ou ainda homossexual representa situação de subalternidade na hierarquia social ainda maior. [...] As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança e, ainda, dos espaços de decisão. E, também, muitas vezes são as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos de toda a família. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico se estende para os espaços públicos de participação política. (Castro *et al*, 2009, p. 139).

Convivendo com o paradigma construído historicamente, que referenciava a mulher aos espaços privados, ao trabalho doméstico e à determinação do espaço social diferenciado daqueles ocupados pelos homens, as jovens no meio rural há muito tempo vêm se organizando contra esse modelo social. Movimento que Castro *et al*. (2009) afirmam ter sido intensificado a partir da década de 1990, com o surgimento de movimentos sociais que militam sobre o tema. No entanto, como o controle social da mulher, sobretudo das filhas solteiras, está originado principalmente no interior da família e aparece na reprodução das relações patriarcais, esse comportamento ainda hoje não foi extinto.

Subordinadas inicialmente às regras e à vigilância do pai e, posteriormente, às regras do marido, as jovens do campo na atualidade têm percebido a oportunidade de sair de casa para estudar, como uma forma de se desvencilhar de tal processo. Apoiadas pela família a procurarem por melhores condições de emprego e de salário, por meio da continuação dos estudos, as jovens aparecem com maior destaque nos números referentes à migração temporária e/ou permanente de jovens do campo para a cidade.

Sabemos que esse é um processo que não é comum a todas as jovens, pois depende de sua condição econômica e contexto familiar. Porém, é um aspecto importante que deve ser lembrado, uma vez que é apontado por diferentes autores, entre eles Carneiro (1998) e Castro *et al*. (2009), como um dos responsáveis pelo processo de masculinização do campo. Segundo os autores, os rapazes são estimulados a permanecer no campo, e/ou estudarem para dar continuidade às atividades agrícolas. Mesmo discordando do modelo patriarcal assumido, ou do modelo de produção, distribuição de funções e obrigatoriedade de sucessão.

Nessa perspectiva, Rizzini *et al*. (2009) nos chama atenção para pensarmos os jovens do campo no contexto escolar, pois muitos ao terminarem o ensino médio, sentem-se invisíveis às políticas públicas de assistência, assim como sua condição juvenil. Segundo os autores, ao terminarem seus estudos e não se verem contemplados pelas políticas públicas de desenvolvimento profissional e social, os jovens sentem-se invisíveis e perdidos nas encruzilhadas dos caminhos para a vida adulta. Invisibilidade

que influencia diretamente na construção social do indivíduo que, muitas vezes, integra-se ao quadro de jovens com baixas expectativas profissionais e remunerações.

Como uma tentativa de responder a essa demanda apresentada pelos jovens do campo, algumas políticas públicas foram criadas. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por exemplo, foi lançado em 2024 com o objetivo de articular políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, com foco na sucessão familiar e na melhoria da qualidade de vida dos jovens que vivem no campo, nas águas e nas florestas – abrangendo agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Com o lançamento do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural marca-se a tentativa de recuperação e reconstrução das políticas públicas voltadas para os jovens do campo, que há tempos sofrem com os retrocessos e falta de condições de acesso a terra, casa, formação, saneamento básico e assistência técnica. O que nos revela a necessidade de pensar a qualidade de vida e bem-estar da juventude do campo, com um olhar para o desenvolvimento das áreas rurais.

São políticas que não temos a intensão de explorar neste texto, contudo achamos importante citá-las uma vez que dialoga diretamente com o processo de sucessão, profissionalização e acesso a terras por jovens moradores de áreas rurais. Além de nos auxiliarem numa releitura da juventude do campo, reconhecendo que atualmente são atores de uma reconstrução cultural, feita a partir de imagens construídas por eles, ao viverem campo e cidade em seu cotidiano.

Educação geográfica, jovens do campo e os processos de ensino aprendizagem

A juventude e seu universo ultrapassam o espaço escolar, uma vez que há diferentes sujeitos que compõem esse segmento. Especialmente, porque cada indivíduo traz suas histórias, objetivos e concepções, que devem ser consideradas por professores no seu planejamento e direcionamento das ações educativas. Como destacou Cavalcanti (2023, p. 163) “[...] é importante que o professor considere os jovens em seus dilemas, que são comuns em sua fase de vida, são em alguma medida universais, mas que são próprios do contexto específico [...]”.

A escola, é um espaço de atividades complexas e mesmo com seu tempo escasso, com o espaço apertado e sem ambiente adequado ao trabalho intelectual, de acordo com Cavalcanti (2013), ao trabalhar com os componentes curriculares, tem papel vital

para a dinâmica sociocultural da sociedade e desenvolvimento do pensamento. No caso da Geografia, é possível a construção de um raciocínio geográfico, que permite a leitura e compreensão do mundo e suas dinâmicas, e da realidade.

Por meio da construção do raciocínio geográfico, é possível desenvolver um pensamento complexo e mobilizar o uso de conceitos importantes para a abstração e a generalização dos fenômenos observados. Afetando não somente a aprendizagem do conteúdo, mas também a construção do pensamento e o crescimento social e global do estudante.

Considerando que os conceitos se desenvolvem, também, na prática cotidiana das pessoas, promover a construção de um pensamento geográfico é fundamental para o trabalho no ambiente escolar. Especialmente, porque os conhecimentos geográficos permeiam as práticas espaciais cotidianas dos estudantes, auxiliando-os a confrontar conceitos científicos e cotidianos e refletir os contextos que estão a sua volta. Para Cavalcanti (2013, p. 63):

Em um ensino orientado pela meta de formação de conceitos geográficos, o aluno poderá adquirir ferramentas intelectuais que lhe servirão de fios condutores para compreender a realidade espacial que o cerca na sua complexidade, nas suas contradições, a partir da análise de sua forma/conteúdo e de sua historicidade.

Como na sociedade moderna a ciência se misturou à vida diária e as atividades sociais se tornaram mais complexas e, muitas vezes, especializadas, entendemos que o pensamento geográfico transpassa os conteúdos escolares, tornando-se indispensável para a reflexão sobre o mundo, sobre as questões políticas, sociais, naturais, econômicas e culturais.

Ao considerar os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e seu contexto sócio-histórico, é possível criar condições para que eles reflitam seu cotidiano, construam sua ideia de mundo e percebam-se como participantes do espaço que estudam. Além de demonstrar ao estudante, o quanto a ciência geográfica pode auxiliá-lo na problematização do seu território e compreensão de sua espacialidade. No caso daqueles que moram no campo, há ainda a possibilidade de discussão e fortalecimento de sua identidade ligada às populações tradicionais, muitas vezes estereotipada por parte da sociedade.

Como destacou Menezes (2018, p. 142) “Em um sentido mais amplo, ao valorizar as experiências de vida dos alunos, o professor, auxilia na apropriação das diversidades socioculturais permitindo aos mesmos entender as historicidades regionais da população

brasileira. Ao considerar a diversidade dos estudantes na mediação didática, o professor dá condições para ele fazer deduções particulares e generalizações de suas experiências e, respeita as especificidades dos sujeitos do campo, como garantido pelo artigo 28 da LDB, lei nº9394/96.

Um caminho produtivo para pensar o aluno como sujeito do conhecimento, [...] é a relação dialética entre ele e o objeto. Vale acrescentar que, com a contribuição do conhecimento geográfico, que é a mediação para essa relação, o olhar do aluno acrescenta algo mais do que é dado pela experiência imediata com a realidade. (Cavalcanti, 2013, p. 58)

Contudo, essa não é uma tarefa fácil. Como destacou a autora, não podemos partir do pressuposto de que todos os estudantes estarão disponíveis para contribuir nesta relação dialética do conhecimento. Por isso é necessário um esforço do professor para demonstrar a ele as possibilidades de pensamento teórico-científico na vida cotidiana. Avaliando as especificidades trazidas pelos jovens do campo, entendemos que os professores sejam capazes de refletir e considerar as redefinições do rural, das relações entre o Campo e a Cidade e da relação do jovem com a terra e com seus modos de vida.

Carvalho (2006) esclarece que esta prática pedagógica reflexiva permite ao professor tomar consciência sobre a realidade vivida pelos estudantes; o que, de forma intuitiva e criadora, facilita sua capacidade de lidar com as discussões propostas. Refletindo sobre o espaço vivido para criar cognições a serem incorporadas em suas vidas, o professor cumpre com seu compromisso de formação para: a construção da cidadania, a promoção de relações entre o local e o global e, conseqüentemente, a transformação de sua leitura da realidade.

Ao considerar uma educação geográfica a partir de metodologias voltadas à compreensão dos diferentes lugares, culturas, religiões, relações sociais e a relação sociedade/natureza; trazendo uma visão dialética da realidade social para dentro da escola, é possível exercer e compreender melhor o movimento de resistência ao sistema proposto pelos grupos hegemônicos. Além de dar voz aos sujeitos do campo e trazer novos significados aos espaços rurais.

Como a vida é cheia de mistérios, emoções, desejos e fantasias, ao aproximar a vida do sujeito do que acontece na escola, dando significação ao que está sendo estudado; a Geografia auxilia o sujeito a ler a vida fora da escola e desconstruir a imagem homogênea dada a escola. Como destacou Castrogiovanni et al. (2009, p.13), “É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses.”

Assim, ao proporcionar ao jovem uma experiência significativa para o seu projeto de vida, de socialização e inserção social, a escola tem condições de instrumentalizá-lo teoricamente na busca por seus objetivos e em suas leituras de mundo. Dessa forma, a educação geográfica por meio dos conceitos mais relevantes da ciência constrói um discurso viabilizador de raciocínios espaciais e interpretações da realidade.

Considerações finais

Certamente, há muito que refletir sobre a temática tratada nesse artigo e sobre os possíveis caminhos para se pensar a educação geográfica, considerando os jovens do campo. Algumas questões ficaram em aberto para estudos posteriores. No que diz respeito a importância deste texto, é esperado que ele possa contribuir para que os jovens do campo e os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem reflitam sobre sua prática docente e a importância de considerar os diferentes contextos na escola.

Desse modo, buscamos destacar a importância da educação geográfica para as juventudes do campo, considerando suas múltiplas experiências e os desafios que enfrentam no contexto contemporâneo. A partir da discussão teórica e das análises apresentadas, é possível afirmar que a juventude rural, embora muitas vezes invisibilizada nas políticas públicas e nos debates acadêmicos, desempenha um papel importante na transformação das dinâmicas socioespaciais do campo. A educação geográfica, nesse sentido, surge como uma ferramenta fundamental para ampliar o protagonismo desses jovens, valorizando suas vivências e articulando-as com os conceitos científicos da Geografia.

Reafirmamos no texto a necessidade de reconhecer a diversidade das juventudes do campo, haja vista que, como destacado, os jovens do campo não constituem um grupo homogêneo; suas experiências são marcadas por questões de gênero, classe, etnia e acesso a políticas públicas. As jovens mulheres, por exemplo, enfrentam desafios específicos, como a subordinação às estruturas patriarcais e a exclusão dos processos de sucessão e herança. Essas questões demandam uma abordagem educativa que considere as particularidades de cada grupo, promovendo a valorização de suas identidades e o reconhecimento de seus direitos.

Nesse sentido, a integração entre o cotidiano dos jovens e o conhecimento geográfico é outro ponto fundamental discutido no texto, pois entendemos que ao

conectar as experiências vividas no campo com os conceitos científicos da Geografia, é possível promover uma leitura crítica do espaço e fortalecer a identidade territorial desses jovens. Como apontado por Cavalcanti (2013), o ensino de Geografia deve proporcionar ferramentas intelectuais que permitam aos estudantes compreender a complexidade do mundo em que vivem, confrontando as escalas local e global. Essa abordagem não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

Destarte, entender o papel da escola como espaço de interação e construção de saberes é necessário, uma vez que a instituição escolar, ao considerar as diferentes realidades dos jovens do campo, pode se tornar um ambiente de resistência e empoderamento. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que os professores adotem práticas pedagógicas reflexivas, capazes de dialogar com os interesses e necessidades dos estudantes. Como mencionado por Callai (2011), a Geografia escolar deve ser um componente curricular que permita aos jovens reconhecerem sua identidade e pertencimento em um mundo marcado por desigualdades.

É importante destacar a importância de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável no campo e garantam o acesso dos jovens à educação, à profissionalização e à participação social. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por exemplo, representa uma iniciativa relevante nesse sentido, ao buscar articular ações que visam à melhoria da qualidade de vida dos jovens do campo. Contudo, é fundamental que essas políticas sejam acompanhadas de uma reflexão crítica sobre as transformações socioespaciais que afetam o campo e as formas como os jovens vivenciam essas mudanças.

Assim, a educação geográfica para as juventudes, para se efetivamente poderosa, deve ser entendida como uma prática que vai além da transmissão de conteúdos. Ela deve buscar a valorização das experiências dos jovens, a construção de identidades territoriais e a promoção de uma leitura crítica do espaço. Ao reconhecer as múltiplas faces das juventudes e suas demandas específicas, a Geografia pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na sociedade e na transformação de suas realidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Federal nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude. Brasília, DF.

CALLAI, H. C. (org.). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, M. A. de. A prática docente: subsídios para uma análise crítica. *In*: SOBRINHO, J. A. C. M.; CARVALHO, M. A. (orgs.). **Formação de professores e práticas docentes**: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora?**: juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* **Ensino de Geografia**: Práticas e textualizações no cotidiano. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CAVALCANTI, L. S. Juventudes, Ensino de Geografia e Formação/Atuação Cidadãs. *In*: OLIVEIRA, V. H. N. (org.). **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, L. S. Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. *In*: SILVA, E.I. da; PIRES, L.M. (orgs.) **Desafios da didática de geografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

CAVALCANTI, L. S. **Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas**: o que tem isso a ver com as tarefas de ensinar Geografia? *In*: CALLAI, H. C. (org.). Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CAVALCANTI, L. S. **O Ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2020**. Brasília: IBGE, 2020.

MENEZES, P. K. **Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás e suas relações com os conhecimentos geográficos**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

RIZZINI, I. *et al.* Percepções dos jovens sobre a influência dos adultos em seus processos de engajamento político-social. *In*: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**: desafios e perspectivas. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG: Cãnone Editorial, 2009.

Recebido em 15 de dezembro de 2024.

Aceito para publicação em 9 de maio de 2025.

